



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150751 - MG (2021/0230770-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : CAIO AUGUSTO FERNANDES DE FREITAS (PRESO)
ADVOGADO : REGINALDO LEAL - MG188080
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CAIO AUGUSTO FERNANDES DE FREITAS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.21.115282-2/000).

O recorrente teve a prisão temporária decretada pela suposta prática do delito de homicídio qualificado.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, foi denegada a ordem (e-STJ fl. 137).

O recorrente sustenta que a decretação da prisão temporária não preencheu os requisitos autorizadores.

Alega que as investigações já estão quase concluídas, que possui residência fixa e que não existem indícios de autoria, mas apenas suposições.

Aduz que as medidas cautelares diversas da prisão poderiam ser aplicadas.

Entende que não houve a devida fundamentação para se decretar a segregação temporária.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja expedido o alvará de soltura em favor do recorrente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Colhe-se do acórdão recorrido que o Tribunal de origem manteve a prisão temporária do recorrente em razão da imprescindibilidade para a investigação e pela gravidade concreta do delito.

É o que se denota do seguinte excerto (e-STJ fls. 142/144):

"Como sabido, a prisão temporária é medida processual cautelar destinada a permitir ou a facilitar a atividade investigativa da polícia judiciária, devendo ser informada pelo princípio da necessidade.

No caso em julgamento, tem-se que, de acordo com os documentos que instruem o feito, o paciente teria sido autor de crime de homicídio perpetrado no âmbito de um conflito entre facções criminosas que se dedicam à prática do tráfico de drogas. Consta, nesse sentido, que o paciente seria indivíduo de elevada periculosidade, membro da facção BDM TD3, famosa no estado da Bahia pelo envolvimento no tráfico de drogas e explosões de caixas eletrônicos.

Nesse sentido, a prisão temporária do paciente foi requerida com vistas à melhor condução das

investigações policiais, ante a fundada suspeita de autoria do investigado, bem como diante da gravidade concreta das condutas a ele imputadas, a demonstrar sua periculosidade e profundo envolvimento na criminalidade.

Encontram-se cumpridos, pois, os requisitos previstos nos incisos I e III, alínea „a“, do art. 1º da Lei 7.960/89.

A custódia cautelar impugnada, portanto, se faz necessária e está devidamente justificada, diante da suspeita de envolvimento do paciente em grave delito de homicídio qualificado, praticado no âmbito da mercancia ilícita, e da necessidade de sua prisão para o bom andamento das investigações criminais.

[...]

Registro, ainda, que as medidas cautelares alternativas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, a meu ver e diante do contexto ora descrito, não se mostram suficientes para garantir o bom andamento das investigações."

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência